

Edital 22/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2024	160039-HOSPITAL GERAL DE SALVADOR	DEMETRIUS SANTANA MOREIRA	11/06/2024 15:34 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64585.005457 /2023-64

1. Do objeto



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023

Torna-se público que o HOSPITAL GERAL DE SALVADOR, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), sediado(a) na Rua Castro Neves, nº 72, Matatu, Salvador/BA – CEP: 40.255-020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.

O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de continuados sem mão de obra exclusiva, de engenharia clínica para o Hospital Geral de Salvador para manutenções preventivas, corretivas e calibrações dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais, e demais clínicas do HGeS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.

A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. Do registro de preços

1. O presente processo não será regido pelo Sistema de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

1.

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1.1.

Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.

Não poderão disputar esta licitação:

6.1.

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2.

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.3.

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5.

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.6.

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.7.

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.8.

agente público do órgão ou entidade licitante;

6.9.

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.10.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.11.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.

O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

9.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

10.

O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

11.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.

A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

1.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

2.1.

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2.2.

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.3.

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.

cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.

O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.1.

nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.

A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.

Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.1.

a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.2.

os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.

O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.1.

valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

10.

O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13.

Devido ao engessamento do Catálogo de Serviços (CatServ) do Sistema Compras Governamentais, as características, a descrição e os quesitos técnicos dos itens que estão sendo licitados, estarão descritos na Relação de Itens do Termo de Referência e conseqüentemente havendo divergência entre a descrição e especificação do Catálogo de Serviços (CatSer) do sistema e o constante do Termo de Referência, prevalecerá o constante do Termo de Referência.

5. Do preenchimento da proposta

1.

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1.

valor unitário do item.

2.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.

O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação

4.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

1.

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00.

9.

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.

Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.1.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.2.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.3.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.4.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.5.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

12.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

16.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

17.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

18.1.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

18.2.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

18.3.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

18.4.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

19.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

19.1.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

19.1.1.

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

19.1.2.

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

19.1.3.

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

19.1.4.

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

19.2.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

19.2.1.

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

19.2.2.

empresas brasileiras;

19.2.3.

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

19.2.4.

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

20.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

21.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

22.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

23.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

24.

O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

25.

É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

26.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

1.

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.1.

SICAF;

1.2.

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.3.

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

2.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

3.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

3.1.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

3.2.

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

3.3.

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME /EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

5.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.1.

contiver vícios insanáveis;

6.2.

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3.

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.

No caso de bens, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.1.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.1.1.

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.1.2.

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8. Da fase da habilitação

1.

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

2.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

3.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

5.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.

Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

13.

O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: pregao.hges@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

14.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

15.

A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

15.1.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

16.

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

16.1.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

17.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.1.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

18.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

18.1.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

18.2.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

19.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

19.1.

complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

19.2.

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

20.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

22.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

23.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. Da ata de registro de preços

1.

O presente processo não haverá Ata de Registro de Preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

1. O presente processo não haverá formação de cadastro reserva.

11. Dos recursos

1.

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

3.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

3.1.

a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

3.2.

o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

3.3.

o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

3.4.

na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

4.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

5.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Território do Amapá, 725, Pituba, Salvador, BA, 41830-390, Anexo I do HGeS (Hotel de Trânsito de Oficiais), Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas.

12. Das infrações administrativas e sanções

1.

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.1.

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

1.2.

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.2.1.

não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.2.2.

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.2.3.

pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.2.4.

apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

1.3.

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.3.1.

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.4.

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.5.

fraudar a licitação

1.6.

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.7.

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.8.

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.9.

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.10.

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1.

advertência;

2.2.

multa;

2.3.

impedimento de licitar e contratar e

2.4.

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3.

Na aplicação das sanções serão considerados:

3.1.

a natureza e a gravidade da infração cometida.

3.2.

as peculiaridades do caso concreto

3.3.

as circunstâncias agravantes ou atenuantes

3.4.

os danos que dela provierem para a Administração Pública

3.5.

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.

A multa será recolhida em percentual de 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

4.1.

Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 1% do valor do contrato licitado.

4.2.

Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

5.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

1.

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do email: pregao.hges@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Castro Neves, 72, Matatu, Salvador, BA, CEP 40255-020, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), do Hospital Geral de Salvador.

4.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

1.

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

2.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

3.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

4.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

5.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

6.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

7.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

8.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://hges.eb.mil.br/index.php/publicacoes/itemlist/category/5-salc>.

11.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.1.

ANEXO A - Termo de Referência

11.1.1.

Anexo I - Relação dos Equipamentos.

11.1.2.

Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

11.1.3.

Anexo III - Estudo Técnico Preliminar

11.2.

ANEXO B - Minuta do Termo de Contrato

11.3.

ANEXO C - Modelo de Proposta;

11.4.

ANEXO D - Modelo de Dispensa de Vistoria; e

11.5.

ANEXO E - Modelo de Vistoria.

Salvador, BA, 11 de junho de 2024

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMERSON DA SILVA MORAES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/06/2024 às 15:34:07.

Termo de Referência 48/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
48/2024	160039-HOSPITAL GERAL DE SALVADOR	DEMETRIUS SANTANA MOREIRA	13/06/2024 12:25 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64585.005457 /2023-64

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.

Contratação de serviços continuados sem mão de obra exclusiva, de engenharia clínica para o Hospital Geral de Salvador visando a manutenções preventivas, corretivas e calibrações dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais, e demais clínicas do HGeS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.

Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.

O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.

4.

O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

5.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6.

O valor referente ao item “1” será pago mensalmente, sendo que, esse valor refere-se às manutenções preventivas, corretivas e calibrações dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e demais clínicas do HGeS.

7.

O parque de material/equipamentos médicos hospitalares, laboratoriais e demais clínicas do HGeS compreende o total de equipamentos conforme lista do Anexo II deste Termo.

8.

Dentre os serviços que compreendem a Engenharia Clínica, além da manutenção corretiva, preventiva e calibração dos equipamentos em questão, incluem-se, também: os serviços de cadastramento; codificação; composição de arquivo técnico; gerenciamento tecnológico dos equipamentos médico-hospitalares; elaboração de ficha dos equipamentos; testes e instalação de equipamentos; etiquetagem; relatórios dos serviços realizados mensalmente; assessoria técnica no que diz respeito aos equipamentos médicos. Deverá ser disponibilizado software de gerenciamento e gestão em engenharia clínica com licenças de usuários e administradores ilimitadas, com indicadores de manutenção, gestão e relatórios de controle de estoque, custos e disponibilidade.

9.

Caso haja necessidade de reposição(es) de peça(s), materiais, acessórios, a contratada deverá apresentar orçamentos válidos. Esse(s) orçamento(s) será(o) analisado(s), inicialmente, pelo Fiscal de Contrato, o qual solicitará um parecer da CONTRATANTE quanto à viabilidade da(s) reposição(es) da(s) peça(s) e seu(s) respectivos serviço(s) de instalação (ões), de forma a verificar se a(s) despesa(s) envolvida(s), está(ão) limitada(s) ao máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor de um equipamento novo ou similar, estimado pelo mercado. Na hipótese da CONTRATANTE emitir parecer desfavorável, cuja despesa(s) estiver(em) acima do percentual supracitado, a manutenção será considerada antieconômica ou irrecuperável, e o material deverá ser alienado em conformidade com a legislação vigente. Caso a manutenção seja considerada viável pelo parecer da CONTRATANTE, dentro dos parâmetros anteriormente descritos, será observado pelo fiscal de contrato se a(s) despesa(s) envolvida(s) nessa reposição de peça(s) estão de acordo com as limitações estabelecidas para o item “2” do objeto, ou seja, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do item “1” do objeto (reservado para a aquisição de peças/acessórios de reposição e para serviços relacionados à instalação e calibração das respectivas peças que deverão ser substituídas). Ressalta-se que, tal recurso será pago tão somente se houver necessidade do serviço e/ou reposição de peças até o limite financeiro estabelecido (20% do item “1” do objeto). Caso o (s) valor(es) da(s) peça(s) a ser(em) substituída(s) de determinado(s) equipamento(s) ultrapassar(em) o percentual previsto no item “2”, a empresa contratada comunicará ao fiscal de contrato, o qual formalizará aos responsáveis tal ocorrência, afim de que, essa(s) peça(s) seja(m) adquirida(s) por processos de compras habituais do HGES, de acordo com a urgência do(s) reparo(s).

10.

Para efeito de orientação, considera-se “PEÇAS”: Acessórios ou componentes genuínos a serem substituídos pelas manutenções corretivas ou substituídos nas manutenções preventivas de acordo com as necessidades, seja ela por pane ou por desgaste natural.

11.

Por não ser possível definir quais componentes serão passíveis de substituição durante a execução do contrato, o item 02 trata-se de valor estimado, sendo condicionada essa estimativa ao valor cotado no item “1” do objeto, ou seja, 20%. Tal valor será reservado para aquisições eventuais ou necessárias de peças e/ou acessórios que deverão ser substituídas nas manutenções preventivas (periódicas) ou nas corretivas (a qualquer tempo). O(s) custo(s) dessa(s) eventual(is) aquisição (ões) deverá(ão) ser comprovado(s) por meio de nota fiscal do fabricante ou distribuidor com avaliação e aprovação prévia dos orçamentos pelo Fiscal de Contrato, conforme detalhamento destacado no item 1.9 deste Termo de Referência. Esse procedimento visa avaliar se a(s) despesa(s) com a(s) aquisição(ões) das peças ou acessórios estão de acordo com os valores aplicados pelo mercado.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
ÚNICO	1	Serviço de Engenharia Clínicas dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e e demais clínicas operacionais do HGES. Conforme detalhamento descrito no item 8, do item 1, do Termo de Referência.	20869	Serviço/Mês	12	R\$ 25.932,80	R\$ 311.193,60
	2	Serviço de reposição de peças, materiais, acessórios, mão de obra de instalação até o limite de 20% do valor total do item 1	20869	Serviço/Mês	12	R\$ 6.483,20	R\$ 77.798,40

2. Fundamentação da contratação

1.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

1.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

1.

Sustentabilidade:

2.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.

A empresa contratada será a responsável pelo recolhimento dos produtos que usará para lubrificação e para a limpeza dos equipamentos a serem mantidos.

4.

A empresa contratada adotará a logística reversa na manutenção dos equipamentos.

5.

Subcontratação:

6.

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

a. 6.1.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

b. 6.2.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

c. 6.3.

A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 50% (cinquenta por cento), atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

d. 6.4.

as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

e. 6.5.

no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

f. 6.6.

a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

g. 6.7.

a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

7.

a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

a. 7.1.

microempresa ou empresa de pequeno porte;

b. 7.2.

consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c. 7.3.

consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

d. 7.4.

os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

8.

são vedadas:

a. 8.1.

a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica

b. 8.2.

a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

c. 8.3.

a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

9.

Garantia da contratação

10.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

11.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

13.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

14.

Vistoria

15.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 h às 12 h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo email: pregao.hges@gmail.com.

16.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

17.

para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

18.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

19.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

1.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

2.

Início da execução do objeto: A execução dos serviços será iniciada 05 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do Contrato, na forma estabelecida neste Termo de Referência;

3.

Os serviços de engenharia clínica serão definidos com as seguintes características básicas ou fundamentais, a saber: 1) Serviço de Inventário e cadastramento; 2) Serviço de Manutenção Preventiva; 3) Serviço de Manutenção Corretiva; 4) Serviço de Calibração; 5) Serviço de Segurança Elétrica.

4.

SERVIÇO DE INVENTÁRIO E CADASTRAMENTO

a. 4.1.

inventário e Cadastramento: A CONTRATADA deverá inventariar, em um prazo máximo de 60 (SESSENTA) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, todo o parque de equipamentos relacionados na tabela (Anexo II), gerando um código de cadastramento e fixando etiquetas de identificação com a logo da CONTRATANTE e o respectivo código de cadastramento e QR Code;

b. 4.2.

as etiquetas deverão ser confeccionadas em material adesivo, impermeável e de alta resistência a agentes higienizantes, eliminando assim o risco de deteriorar o equipamento, bem como reduzindo o risco de descolamento de etiquetas. Estas etiquetas deverão conter numeração alfanumérica e código de barras, possibilitando futura leitura ótica. Os campos mínimos para cadastro de equipamentos são: Equipamento; Marca; Modelo; N° de Série; Patrimônio; Setor; Unidade; Sala; Frequência de preventiva; Frequência de calibração; Data da última e da próxima preventiva; Data da última e da próxima calibração; Relatório de danos ocorridos no equipamento, seu mau funcionamento, reparo, intercorrências ou alterações;

c. 4.3.

após a realização do inventário do parque tecnológico, os dados coletados deverão ser armazenados em um software de gestão, de posse da CONTRATADA, que passará a gerenciar e supervisionar todas as intervenções a ser realizada, relacionando o vínculo dos setores e Equipamentos com seus Centros de Custo. Além disso, após a conclusão do cadastramento na base de dados, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório com todo o parque cadastrado, indicando a situação operacional de cada um dos equipamentos (em funcionamento, parado /com defeito), por unidade e por setor, indicando ainda a disponibilidade do parque, ou seja, o percentual de equipamentos disponíveis para utilização de forma global e por setor (total de equipamentos funcionando / total de equipamentos cadastrados x 100). O software deve possibilitar o acesso em tempo real das Ordens de serviço, equipamentos cadastrados, dados de cadastro destes, entre outras informações pertinentes ao serviço.

d. 4.4.

Desenvolvimentos de Procedimentos Operacionais Padrão: a empresa CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo controle da documentação relacionada à gestão do parque de equipamentos, devendo para

tal manter, pastas com as seguintes características: Folha de rosto contendo a identificação do equipamento (Marca, Modelo, N° de série, patrimônio e data de entrada no setor, quando disponível); Cronograma de preventivas em papel timbrado com assinatura do responsável técnico pelos serviços; Ficha de ocorrências; cópias das Ordens de Serviço (OS's) preventiva e corretiva e Relatório de Gestão de Equipamentos atualizados mensalmente;

e. 4.5.

além disso, a CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo desenvolvimento e pela implantação dos seguintes Procedimentos Operacionais Padrão (POP's): Cadastramento e Inventário; Manutenção Preventiva; Manutenção Corretiva; Abertura de Ordens de Serviço.

5.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

a. 5.1.

entende-se por manutenção preventiva (MP), todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter o equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento. Além disso, a manutenção preventiva tem por finalidade prevenir a ocorrência de defeitos e/ou alterações nos equipamentos.

b. 5.2.

a manutenção preventiva é obrigatória e deverá ser realizada com a periodicidade necessária para cada tipo de equipamento, conforme a recomendação do fabricante. A CONTRATADA comprometer-se-á, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, apresentar um cronograma de preventivas, englobando todos os equipamentos relacionados no Anexo I, em papel timbrado, com assinatura do responsável técnico pelos serviços.

c. 5.3.

a CONTRATADA deverá ainda, num prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, desenvolver, documentar e apresentar procedimentos de manutenção preventiva por família dos equipamentos inclusos no contrato, acompanhado de seus respectivos "check-lists" de verificação, de forma a facilitar o acompanhamento dos serviços por parte da Comissão de Fiscalização do Contrato.

d. 5.4.

após a execução da intervenção preventiva inicial, a CONTRATADA deverá fixar etiqueta de manutenção preventiva contendo a data de execução, a data da próxima preventiva e a identificação do técnico que realizou a intervenção.

e. 5.5.

a CONTRATADA prestará serviço de manutenção preventiva nos equipamentos relacionados no ANEXO II deste termo, por meio das manutenções programadas com a CONTRATANTE e, deverão manter o equipamento em perfeitas condições de funcionamento, efetuando, se necessário, ajustes, reparos e troca de peças. A CONTRATADA deverá utilizar ferramentas e instrumentos de medição recomendada pelo fabricante, e ainda possuir certificados de calibração dos seus instrumentos com rastreabilidade na Rede Brasileira de Calibração (RBC).

6.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

a. 6.1.

Entende-se por manutenção corretiva, a série de procedimentos destinados a restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos que porventura apresentem problemas. Os reparos necessários deverão ser realizados por profissionais de comprovada capacidade técnica e respeitando às atribuições concedidas a estes pelo sistema CONFEA/CREA, além de serem qualificados tecnicamente para os devidos procedimentos referidos no objeto do contrato.

b. 6.2.

entende-se também, por manutenção corretiva, todos os procedimentos destinados a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento, compreendendo inclusive substituições de peças se necessário, de acordo com os manuais técnicos do fabricante e normas estabelecidas. Essa prestação de serviço se dará sem limitação de chamados ou horas, nos dias e horários de funcionamento normal da CONTRATANTE;

c. 6.3.

a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todo e qualquer atendimento de manutenção corretiva, devendo o técnico comparecer às dependências da CONTRATADA em um prazo máximo de 06 (seis) horas, contados a partir do chamado. Quando o chamado ocorrer após o horário de expediente de trabalho, o prazo passará a contar a partir das 08:00h do dia útil seguinte;

d. 6.4.

após o comparecimento do técnico, este fará a identificação do equipamento que apresentou pane, e conforme a tabela de prioridades de reparação, dará início ao processo de recuperação do equipamento. Se mais de um equipamento necessitar de manutenção corretiva, simultaneamente, a empresa contratada deverá respeitar a prioridade dos equipamentos estabelecida pela CONTRATANTE (Fiscal de Contrato) cadastramento do inventário do parque tecnológico.

e. 6.5.

as prioridades de reparo dos equipamentos serão estabelecidas da seguinte forma:

f. 6.6.

prioridade 1: São equipamentos caracterizados como extremamente essenciais para o serviço de saúde, sendo que sua reparação deverá ser estabelecida em até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de verificação inicial.

g. 6.7.

prioridade 2: São equipamentos caracterizados como moderadamente essenciais, devendo seu conserto ser efetivado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de verificação inicial.

h. 6.8.

prioridade 3: São equipamentos caracterizados com necessidades de manutenções corretivas mais tolerável, sendo que sua reparação deverá ser estabelecida em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de verificação inicial;

i. 6.9.

nos casos em que, a reparação depender de importação de peças ou de outras dificuldades na aquisição de peças, o Fiscal do Contrato, poderá autorizar a flexibilização do referido prazo, desde que devidamente comprovado o referido contratempo.

j. 6.10.

as substituições das peças, materiais e acessórios ocorrerão, a qualquer tempo, nas manutenções corretivas e, periodicamente, nas manutenções preventivas ou ainda, por desgaste natural e por recomendação do fabricante do equipamento. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela reposição de peças, materiais e acessórios no limite de 20% do valor da manutenção preventiva relativa ao item "1" do objeto.

k. 6.11.

a CONTRATADA deverá apresentar pesquisa de orçamentos da(s) peça(s), de, no mínimo, 3 (três) fornecedores. O Fiscal do Contrato verificará se o menor valor orçado pela contratada se encontra dentro daquele praticado pelo mercado para assim, proceder a aprovação juntamente com um parecer da Fiscalização Administrativa e SALC do HGeS. Caso o fornecimento de peças ou serviços seja de exclusividade de determinado fabricante, o fiscal de contrato poderá aprovar a apresentação de um único orçamento desde que comprovada a exclusividade. Nos meses em que não ocorrer aquisições de peças, não será empenhado valores relativos ao item "2" do contrato para o respectivo período.

l. 6.12.

a CONTRATADA obriga-se e compromete-se com a utilização de peças que sejam compatíveis, similares ou equivalentes, observando a garantia de que essas atendam as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais;

m. 6.13.

ao término do serviço da manutenção corretiva, deverá ser entregue uma cópia da respectiva ordem de serviço, devendo esta conter assinatura do responsável pelo setor ou por outra pessoa por este designada;

n. 6.14.

a CONTRATADA obriga-se a fornecer informações, mensalmente, ao gestor responsável pela fiscalização do contrato, sobre o andamento da manutenção corretiva dos equipamentos que eventualmente foram retirados para manutenção externa, bem como fornecer a previsão do retorno desses equipamentos ao HGeS.

o. 6.15.

a CONTRATADA deverá diagnosticar problemas de mau funcionamento dos equipamentos, fornecendo à Contratante, informações sobre o planejamento e execução das medidas preventivas e/ou corretivas dos problemas estruturais do HGeS existentes.

7.

SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO

a. 7.1.

as calibrações serão efetuadas sempre que se fizerem necessárias e/ou de acordo com as orientações do fabricante de cada equipamento e ainda quando os equipamentos demandarem manutenções corretivas. Para os equipamentos cuja periodicidade de calibração não esteja definida pelo fabricante, fica estabelecida a Periodicidade Anual para as calibrações.

b. 7.2.

os serviços de calibração consistem na verificação de parâmetros dos equipamentos contra padrões existentes na empresa. Estes padrões possuem rastreabilidade RBC (Rede Brasileira de Calibração) e os respectivos certificados de calibração dos instrumentos utilizados são anexados ao certificado emitido pela contratada. A contratada deverá emitir e controlar os certificados de calibração dos equipamentos.

c. 7.3.

aparelhos que não tenham parâmetros calibráveis diretamente contra padrões específicos com grandezas determinadas, deverão ser revisados e deverá ser apresentado o check-list dessa revisão.

d. 7.4.

em caso de não obtenção dos valores de referência para calibração e havendo necessidade de troca de peças para a obtenção destes valores, a contratada deverá realizar a substituição das peças necessárias até o limite de 20% do valor estabelecido no item 1, conforme descrito no item 1 do objeto.

e. 7.5.

para os equipamentos que emitem radiações, por se tratar de padrões específicos, a calibração poderá ser realizada por meio de empresas terceirizadas, caso a contratada não tenha capacitação para tal. Neste caso, a empresa terceirizada deverá ser capacitada para emitir laudo técnico referente à calibração, e deverá ser devidamente acompanhada pela contratada para executar o serviço.

8.

SERVIÇO DE QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DE AUTOCLAVES

a. 8.1.

as qualificações térmicas deverão ser feitas em todas as autoclaves contidas na lista de equipamentos do Anexo I anualmente, e tem como propósito a garantia do processo de esterilização eficaz para as cargas de produtos a

serem esterilizados aplicados aos equipamentos, contendo a qualificação da instalação, da operação e do desempenho do equipamento.

9.

SERVIÇO DE SEGURANÇA ELÉTRICA

a. 9.1.

o ensaio segurança elétrica de equipamentos médicos-hospitalares e odontológicos é um suporte da engenharia clínica. Serviço este que requer um tratamento de qualidade e atenção para continuar seguindo as boas práticas preconizadas pelas normas nacionais e internacionais como as RDC e IEC respectivamente. O ensaio de segurança elétrica destes equipamentos médicos- hospitalares e odontológicos não trata somente de metrologia dos produtos, mas também parte de princípios de gestão de ativos para enfim garantir bons resultados tanto dos equipamentos médicos-hospitalares, quanto do atendimento de seu estabelecimento de saúde.

b. 9.2.

os serviços de manutenção corretiva executados deverão ter um prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias a contar de suas execuções, ainda que esse prazo se prolongue além do término do contrato;

c. 9.3.

substituição das demais peças – 90 (noventa) dias, contados do dia da instalação.

d. 9.4.

haverá uma margem de 10% (variante para mais ou para menos) ao preço do serviço, referente a lista de equipamentos. Essa variação poderá ser medida por meio dos laudos de obsolescência ou de aquisições.

Cronograma de realização dos serviços:

1.

para a visita do Técnico: 02 (duas) visitas semanais que pode ocorrer de segunda à sexta-feira, das 07:30h às 16:00h.

2.

para a visita do Engenheiro Clínico: visita mensal, que pode ocorrer em um único dia, ou ser distribuído ao longo do mês, totalizando 04 (quatro) horas mensais.

Local e horário da prestação dos serviços

1.

Local e horário da prestação de serviço: Hospital Geral de Salvador, Rua Castro Neves, 72 , Matatu, Segunda a Sexta-feira das 07:00 às 17:00h

Materiais a serem disponibilizados

1.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

2.

Sistema de Informação (SI) informatizado, permitindo o cadastro e o controle de dados, composto de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) que assegure a total consistência e integridade relacional, que possa ser executado em ambiente Windows que permitirá que os dados sejam disponibilizados a um computador à distância para fins de acompanhamento dos serviços pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE;

3.

Analizador de desfibrilador / cardioversor;

4.

Simulador ECG;

5.

Medidor de Pressão;

6.

Analisador de Respiradores;

7.

Tacômetro;

8.

Analisador de segurança Elétrica;

9.

Equipamentos de Proteção Individual;

10.

para os equipamentos que necessitam de Certificado de Calibração, como por exemplo, o Audiômetro, a empresa contratada deverá emitir o CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO dos mesmos com rastreabilidade na RBC – Rede Brasileira de Calibração, após a Contratação. A contratada poderá terceirizar esse serviço de certificação, mas continuará corresponsável pela execução do serviço juntamente com a empresa subcontratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

1.

demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a. 1.1.

A complexidade do serviço a ser executado (conhecimento dos equipamentos que compõe o Parque tecnológico do HGeS), tendo em vista que se trata de equipamentos médicos e laboratoriais, necessitando assim contratar empresa especializada e autorizada para tal fim;

b. 1.2.

Obrigatoriedade de um Sistema fornecido pela Contratada para registro dos serviços e acompanhamento da Contratante;

c. 1.3.

No campo valor estimado unitário (mês), a licitante deverá lançar o valor de serviço de manutenção preventiva, com base no valor estimado unitário (anual), dividido por 12 (doze) meses;

d. 1.4.

Nos preços ofertados para uma manutenção deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com deslocamento, mão de obra, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

1.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

1.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

2.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de uma vez a cada 30 dias corridos.

3.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

1.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

1.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

2.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

4.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

5.

o caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

1.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

2.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

1.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

2.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

4.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

1.

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

2.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a. 2.1.

não produzir os resultados acordados,

b. 2.2.

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c. 2.3.

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

1.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

2.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

3.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

4.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

5.

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.1.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.2.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.4.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.5.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a. 8.1.

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

b. 8.2.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

c. 8.3.

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d. 8.4.

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e. 8.5.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

1.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77 /2022.

2.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. 3.1.
o prazo de validade;
- b. 3.2.
a data da emissão;
- c. 3.3.
os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. 3.4.
o período respectivo de execução do contrato;
- e. 3.5.
o valor a pagar; e
- f. 3.6.
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

2.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

1.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

1.

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

2.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

3.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

4.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário

não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

2.

O valor proposto, deverá ser múltiplo 12 e com duas casas decimais e em caso de três casas decimais, o valor proposto será negociado a menor, até duas casas decimais.

Regime de execução

1.

O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

1.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1.

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

2.

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

1.

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “e”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

2.

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

3.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a. 3.1.

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b. 3.2.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

c. 3.3.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d. 3.4.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

4.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

5.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

1.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

2.

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA com ART para implantação de programa de Engenharia Clínica e planos de manutenção), em plena validade.

4.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito, no mínimo 02 (dois) contratos executados.

6.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 388.992,00

1.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 388.992,00 (trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa e dois reais).

10. Adequação orçamentária

1.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação

EMERSON DA SILVA MORAES

Autoridade competente

ANEXO I – LISTA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HGES

ITEM	MATERIAL CARGA	QTD	MARCA	MODELO	SETOR	GRUPO 1: GESTÃO E PRIMEIRO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS	GRUPO 2: MANUTENÇÃO CORRETIVA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA	GRUPO 3: CALIBRAÇÃO (ANUAL)	GRUPO 4: TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA (ANUAL)
1	FOCO CIRÚRGICO	2	MedLight	Faapollo	CENTRO CIRÚRGICO	X	X		
2	APARELHO DE ANESTESIA	1	Comen	Ax-700	CENTRO CIRÚRGICO	X	X	X	
3	APARELHO DE ANESTESIA	1	Drager	Aspire View	CENTRO CIRÚRGICO	X	X	X	
4	APARELHO DE ANESTESIA	1	Datex-Ohmeda	Fabius Tiro	CENTRO CIRÚRGICO	X	X	X	
5	VIDEOLARINGOSCOPIO	1	VL3R	HUGMED	CENTRO CIRÚRGICO	X	X	X	
6	APARELHO DE VIDEOCOLONOSCOPIA	1	Olympus	CF-VL	ENDOSCOPIA	X	X		
7	BISTURI ELETRONICO	1	Erbe	V10 300 S	ENDOSCOPIA	X	X	X	X
8	ENDOSCOPIO RIGIDO	1	COMEG	Hopkins	ENDOSCOPIA	X	X		
9	VIDEO COLONOSCOPIO FLEXIVEL COM IMAGEM TELA CHEIA	3	Olympus	STANDARD	ENDOSCOPIA	X	X		
10	VIDEOGASTROSCOPIO FLEXIVEL COM IMAGEM TELA CHEIA	3	Olympus	CF-Q150L	ENDOSCOPIA	X	X		
11	ENDOSCOPIO RIGIDO	1	LINE 4	OLIDEF MEDICAL	ENDOSCOPIA	X	X	X	X
12	CAMARA DE CONSERVAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS E VACINAS - 4 – 8°C.	2	ELBER	CSV340	FARMACIA	X	X		
13	MAQUINA UNITARIZADORA DE DOSES	1	OPUS	OPUS 30X	FARMACIA	X	X		
14	APARELHO DE DIATERMIA - ONDAS CURTAS	4	CARCI	DIATERME D II	FISIOTERAPIA	X	X		
15	APARELHO DE DIATERMIA - ONDAS CURTAS	2	CARCI	DIATERME D	FISIOTERAPIA	X	X		
16	APARELHO DE ELETROACUNPURA, MARCA NKL, MODELO EL-608	1	NKL	EL-608	FISIOTERAPIA	X	X		
17	APARELHO DE ULTRASSONOGRRAFIA (FISIOTERAPIA)	4	IBRAMED	SONOPULS E	FISIOTERAPIA	X	X		
18	APARELHO DE ULTRASSONOGRRAFIA (FISIOTERAPIA)	3	IBRAMED	SONOPULS E	FISIOTERAPIA	X	X		
19	APARELHO ELETRO-ESTIMULADOR (FISIOTERAPIA)	1	HTM	TENS-FES	FISIOTERAPIA	X	X		
20	APARELHO LASER (FISIOTERAPIA)	2	HTM	HTM COMPACT	FISIOTERAPIA	X	X		
21	APARELHO LASER (FISIOTERAPIA)	1	IBRAMED	LASER PULSE	FISIOTERAPIA	X	X		
22	APARELHO TIPO TENS (FISIOTERAPIA)	8	CARCI	FESMED IV	FISIOTERAPIA	X	X		
23	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA	1	SPR	-	FISIOTERAPIA	X	X	X	
24	BICICLETA ERGOMÉTRICA (FISIOTERAPIA)	2	EMBRFEX	-	FISIOTERAPIA	X	X		
25	CANETA LASER - APLICAÇÃO LASERTERAPIA E LASERACUNPUNTURA	1	IBRAMED	PULSE	FISIOTERAPIA	X	X		
26	CANETA LASER - APLICAÇÃO LASERTERAPIA E LASERACUNPUNTURA	1	HTM	HTM COMPACT	FISIOTERAPIA	X	X		
27	ELETROESTIMULADOR (FISIOTERAPIA)	2	HTM	TENS-FES	FISIOTERAPIA	X	X		
28	INFRAVERMELHO (FISIOTERAPIA)	1	INFRAPHIL	INFRAPHIL	FISIOTERAPIA	X	X		
29	TURBILHÃO (FISIOTERAPIA)	3	GALANO	STANDARD	FISIOTERAPIA	X	X		
30	MESA GINECOLÓGICA/USO AMBULATORIO GINEC	1	MEDPEJ	CG-7000	GINECOLOGIA	X	X		
31	MESA GINECOLÓGICA/USO AMBULATORIO GINEC	1	APRAMED	CG APM3 GI	GINECOLOGIA	X	X		
32	AGITADOR PARA REAÇÕES DE KLINE	1	ORBITAL SHAKER	KJ-201 BS	LABORATÓRIO	X	X		
33	APARELHO PARA DET. ELETROLITROS NO SANGUE	1	AVL	9180	LABORATÓRIO	X	X	X	
34	BANHO MARIA	1	DELTA	210 DI	LABORATÓRIO	X	X	X	
35	BANHO MARIA SOROLÓGICO	1	SOLAB	SL 151/10	LABORATÓRIO	X	X	X	
36	CÂMARA DE CONTROLE AMBIENTAL	1	PACHANE	FLV PA300	LABORATÓRIO	X	X		
37	CAPELA DE EXAUSTÃO PARA LABORATÓRIO	1	PERMUTION	-	LABORATÓRIO	X	X		
38	CENTRIFUGA DE 6 TUBOS	2	SOLAB	SL700	LABORATÓRIO	X	X	X	
39	CENTRIFUGA DE BANCADA	2	SPINLAB	SL-5M	LABORATÓRIO	X	X	X	
40	CONTADOR DE CELULAS	1	KALIL	CCS01	LABORATÓRIO	X	X		
41	DESTILADOR DE ÁGUA ELÉTRICO	1	FANEN	724	LABORATÓRIO	X	X		
42	ESTUFA DE CULTURA	1	FANEN	502/1A	LABORATÓRIO	X	X	X	
43	ESTUFA ELÉTRICA PARA CULTURA BACTERIOLÓGICA	1	OLIDEF	CZ	LABORATÓRIO	X	X	X	
44	ESTUFA PARA CULTURA	1	NOVA ÉTICA	403-3DE	LABORATÓRIO	X	X	X	
45	ESTUFA PARA SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO	1	SOLAB	SL-100	LABORATÓRIO	X	X		
46	GELADEIRA ESPECIAL PARA BANCO DE SANGUE	1	INDREL	BSG-02D	LABORATÓRIO	X	X		
47	HOMOGENEIZADOR	1	PHOENIX	AP28	LABORATÓRIO	X	X		
48	MICROSCOPIO	2	NIKON	E200	LABORATÓRIO	X	X		
49	MICROSCOPIO BIOLÓGICO TRINOCULAR	2	ALLTION	ABM200	LABORATÓRIO	X	X		
50	MICROSCOPIO LABARATORIAL	1	NIKON	E200	LABORATÓRIO	X	X		
51	MICROSCOPIO TRINOCULAR / PREPARADO PARA FOTODOCUMENTAÇÃO	2	ZEIZZ	PRIMO STAR	LABORATÓRIO	X	X		
52	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO	7	MARTE	L5200	LABORATÓRIO – 1; UIB – 1;	X	X	X	
53	BIOIMPEDANCIÔMETRO	1	Inbody	270	NUTRIÇÃO	X	X		
54	MICROSCOPIO CIRÚRGICO BINOCULAR	1	Alliance	tubo binocular	ODONTOLOGIA	X	X		
55	ALICATES DE CORTE STEINMANN COM VÍDEA PARA FIO DE AÇO, 45 CM, PARA GRANDES IMPLANTES TIPO "RICARDÃO"	2			ORTOPEDIA	X	X		
56	ALICATES DE CORTE CIZALHA PARA CORTE DE FIO DE AÇO CIRÚRGICO 18 CM COM VÍDEA, PARA PEQUENOS IMPLANTES TIPO "RICARDINHO"	2			ORTOPEDIA	X	X		
57	AFASTADORES TIPO HOMANN DE PEQUENOS FRAGMENTOS	4			ORTOPEDIA				
58	AFASTADORES TIPO HOMANN DE GRANDES FRAGMENTOS	4			ORTOPEDIA				
59	PINÇA GOIVA STILLE LUER BIARTICULADA RETA	1			ORTOPEDIA				
60	PINÇA GOIVA STILLE LUER BIARTICULADA RETA	1			ORTOPEDIA				
61	FURADEIRA ORTOPÉDICA DE AR COMPRIMIDO COM O CONJUNTO PARA ACOPLAR À BALA DE NITROGÊNIO/AR COMPRIMIDO	1			ORTOPEDIA				
62	FURADEIRA ORTOPÉDICA ELÉTRICA	1			ORTOPEDIA				
63	DEFIBRILADOR NAO AUTOMATICO	1	INSTRAMED	CARDIOMAX	PA	X	X	X	X
64	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR DE TRANSPORTE	2	OXYMAG	MAGNAME D	PA	X	X	X	
65	ELETROCARDIOGRAFO - MODELO DIGITAL	3	BIONET	CARDIOCA RE 2000	PA – 1	X	X	X	X
66	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	2	KTK	CARMEL	PA – 1;	X	X	X	

ITEM	MATERIAL CARGA	QTD	MARCA	MODELO	SETOR	GRUPO 1: GESTÃO E PRIMEIRO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS	GRUPO 2: MANUTENÇÃO CORRETIVA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA	GRUPO 3: CALIBRAÇÃO (ANUAL)	GRUPO 4: TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA (ANUAL)
67	DEFIBRILADOR TIPO CARDIOVERSOR	2	CMOS DRAKE	VIVO	PA-2	X	X	X	X
68	ESTÁTIVA MACÂNICA		--	--	RADIOLOGIA	X	X		
69	NEGATOSCÓPIO	3	CMOS DRAKE	LIFE 400 PLUS FUTURA	RADIOLOGIA	X	X	X	X
70	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL	1	BALMA K	-	UIB	X	X	X	
71	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	1	LEISTUNG	LUFT 3	UIB	X	X	X	
72	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	3	VYAIR	LTV2 2200	UIB	X	X	X	
73	ELETROCARDIOGRAFO	2	EDAN	SE-3	UIB – 1 UIC – 1	X	X	X	X
74	MONITOR MULTIPARAMETRO	2	BIOMET	BM3	UIB – 1 UIC – 1	X	X	X	X
75	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO	4	WELMY	-	UIC – 1	X	X	X	

76	CARDIOVERSOR / DESFRIBILADOR NAO AUTOMATICO	3	CMOS DRAKE	LIFE 400 PLUS FUTURA	UIC - 1	X	X	X	X
77	NEGATOSCÓPIO	49	-	-	UIC - 1 RADIOLOGIA - 3 UTI - 1 UIB - 1 ODONTO - 2	X	X		
78	OXÍMETRO DE PULSO DIGITAL	8	EMAI	OMP-10	UIC - 3	X	X	X	
79	CAMA HOSPITALR ELÉTRICA	10	LINET	-	UIC - 3 UIB - 2 PA - 1	X	X		X
80	CAMA ELÉTRICA PARA OBESOS	7	-	-	UIC - 7 UIB - 1	X	X		X
81	APARELHO ECOCARDIOGRAFO	1	GE	VIVID T8	UTI	X	X		
82	ASPIRADOR COM SUCCÃO VACUO COM MANOMETRO	1	QIN POT	-	UTI	X	X		
83	COMPRESSOR DE AR ISENTO DE ÓLEO	1	PEG	250 litros isento óleo	UTI	X	X		
84	DESFRIBILADOR / CARDIOVERSOR	1	INSTRADMED	CARDIOMA X 8 SERIES	UTI	X	X	X	X
85	GERADOR FLUXO - CPAP/BIPAP	1	Respironics	BIPAP synchrony	UTI	X	X	X	
86	MEDIDOR DE PRESSAO DO BALONETE DO TUBO ENDOTRAQUEAL	1	VBM	CEO0123	UTI	X	X	X	
87	MONITOR CARDIACO MULTIPARÂMETRO	1	DIXTAL	DX2020	UTI	X	X	X	X
88	MONITOR MULTIPARÂMETRO	4	DIXTAL PHILCO	EFICIA CM 150	UTI	X	X	X	X
89	RESPIRADOR MECANICO PULMONAR DE TRANSPORTE	2	CAREFUSION	IX5	UTI	X	X	X	
90	SECADOR DE AR PONTO DE USO-AIR POINT	1	METAPLAN	AIR POWER	UTI	X	X		
91	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	1	Philips		UTI	X	X		X
92	VIDEOLARINGOSCOPIO	1	Prolife	VL3R	UTI	X	X		X
93	GERADOR DE MARCA PASSO	1			UTI	X	X		
94	CAMA HOSPITALAR	4	LANCO	LANCO	UTI				
95	MOTOR PARA IMPLANTE SILENCIOSO	1	KAVO	-	UTI -1; RADIOLOGIA -3	X	X		
96	MONITOR MULTIPARAMETRO	1	DIXTAL	EX2020	UTI -2; UIB -4	X	X	X	X
97	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	7	DRAGER	SAVINA 300	UTI - 4	X	X	X	
98	ABRIDOR DE GESSO / HENNING 27CM	1	ABC STAINLESS	HENNING 27 CM		X	X		
99	APARELHO AUTO REFRATOR	1	HUVITZ	MK3011		X	X		
100	APARELHO GRAVADOR DE HOLTER	3	MICROMED	NOMAD		X	X	X	
101	APARELHO PARA CRIOTERAPIA (DERMATOLOGIA)	1	nitro spray	350		X	X		
102	APARELHO PARA MONITARIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL	3	MEDTECH	ABPM 04		X	X	X	
103	ASPIRADOR DE SECREÇÃO REGULÁVEL (PORTÁTIL)	2	ASPIRAMAX	NS		X	X		
104	AUDIÔMETRO	1	INTERACOUSTICS	AD 229		X	X	X	
105	AUTOCLAVE PORTÁTIL	1	STATIM	-		X	X		
106	AUTOREFRACTOMETER	1	HUVITZ	MK3011		X	X		
107	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL	2	LIDER	LD 1050		X	X	X	
108	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL	2	WELMY	-		X	X	X	
109	BUJAO D'ÁGUA AUTOCLAVÁVEL	2	Olympus	CE 0197		X	X		
110	CABINE ACÚSTICA PARA AUDIOMETRIA	1	UIBRASOM	USA		X	X		
111	CADEIRA E COLUNA OFTALMOLÓGICA PANTOGRÁFICA	1	APRAMED	CADEIRA: ELEGANCE 1 / COLUNA: ELEGANCE LX		X	X		
112	CADEIRA OFTALMO/OTORRINO	1	gigante prod médicos	expression		X	X		
113	CAMA HOSPITALR ELÉTRICA	5	LINAK	-		X	X		X
114	CAMA HOSPITALR ELÉTRICA	1	HOSPIMETAL	-		X	X		X
115	COLPOSCÓPIO TIPO VIDEO COMPLETO	1	MEDPEJ	PE 700 / VBRDCL5		X	X		
116	COLUNA E COLUNA OFTALMOLÓGICA	1	ATLANTIS	REVOLUTI ON LX21		X	X		
117	COMPRESSOR DE AR	1	Chiaperini industrial	-		X	X		
118	CONJUNTO PARA VIDEOGASTROSCOPIA E VIDEOCOLONOSCOPIA COM MONITOR E FLEXIVEIS	1	Olympus	CV-150		X	X		
119	DESCONGELADOR DE PLASMA E CRIOPRECIPITADO	1	FENFER	B-BTB		X	X	X	
120	DESFRIBILADOR / CARDIOVERSOR	1	MEDTRONICK	LIFEPAK 1000		X	X	X	X
121	DESFRIBILADOR AUTOMÁTICO PORTÁTIL	2	HEARTSINE	SAMARITAN		X	X	X	X
122	DESFRIBILADOR TIPO CARDIOVERSOR	4	INSTRAMED	ISIS		X	X	X	X
123	DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIO-FETAIS	1	MEDCIR	DF-50		X	X		
124	DETECTOR FETAL TIPO MESA	2	MD	DOPPLER FETAL TIPO MESA		X	X		
125	ELETROCARDIOGRAFO	1	TRANSFORM	ECG 12S		X	X	X	X
126	ELETROCARDIOGRAFO	1	DIXTAL	ELETROCARDIOGRAFO 3 CANAIS EP		X	X	X	X

ITEM	MATERIAL CARGA	QTD	MARCA	MODELO	SETOR	GRUPO 1: GESTÃO E PRIMEIRO ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS	GRUPO 2: MANUTENÇÃO CORRETIVA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA	GRUPO 3: CALIBRAÇÃO (ANUAL)	GRUPO 4: TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA (ANUAL)
127	ELETROCARDIOGRAFO	1	HeartWare (HW)	Ergo 13		X	X	X	X

128	ELETRCARDIOGRAFO DIGITAL	1	MEDMAX	SE-3		X	X	X	X
129	ESTEIRA ERGOMETRICA	1	IBRAMED	MASTER		X	X		
130	GRAVADORA DE SINAIS ELETRCARDIOGRAFICOS	1	Cardios	CardioFlash		X	X	X	X
131	IMPEDANCIOMETRO TIPANOMETRO E AUDIOMETRO	1	INTERACOUS TICS	AT 325		X	X	X	
132	INALADOR E NEBULIZADOR PNEUMÁTICO	6	G-TECH	NEB COM V		X	X		
133	INCUBADORA HOSPITALAR - NEONATAL	1	GRN	NEOSOLUTION		X	X	X	X
134	LAMPADA FENDA	1	ATLANTIS	SL2000		X	X		
135	LÂMPADA FENDA	1	SHANGAI MEDIWORKS PRECISION	S350S		X	X		
136	LARINGOSCOPIO COMPLETO COM LAMINAS	1	NARCOSUL	Não visível		X	X		
137	LENSOMETRO / PARA LEITURA INTERNA	3	ATLANTIS			X	X		
138	LENSOMETRO / PARA LEITURA INTERNA	1	ALTO LENSOMETRO DIGITAL	TOUCH SCREEN		X	X		
139	MAQUINA SELADORA PARA PLASTICO	1	SULPACK	SP 350 LIGHT		X	X		
140	MESA ELÉTRICA	4	XENONIO	N		X	X		X
141	MESA ELEVATORIA	1	XENONIO	N		X	X		X
142	MONITOR CARDIACO MULTIPARAMETROS	1	DIXTAL	EX2020		X	X	X	X
143	MONITOR MULTIPANORAMICO	1	Prolife	P 15		X	X	X	X
144	MONITOR MULTIPARAMETRO	2	LIFEMED	LIFEMED		X	X	X	X
145	MONITOR VÍDEO MULTIPARAMETRO	1	LIFEMED	LIFETOUGH 10		X	X	X	X
146	MONITORES CARDIACOS	6	GE	B 125		X	X	X	X
147	MONITORES CARDIACOS	1	DIXTAL	DX2020		X	X	X	X
148	MONITORES CARDIACOS	4	BIONET	-		X	X	X	X
149	NASOFIBROSCOPIO - tipo flexível	1	Olimpus Medical	Olimpus Medical		X	X		
150	OFTALMOSCOPIO BINOCULAR / INDIRETO	1	EYETEC	ET RCV M2000		X	X		
151	OFTALMOSCOPIO BINOCULAR / INDIRETO	1	HEINE	OMEGA 500		X	X		
152	OFTALMOSCOPIO DIRETO	1	HEINE	-		X	X		
153	OFTALMOSCOPIO DIRETO	1	W ALLYN	-		X	X		
154	OFTALMOSCOPIO DIRETO	1	RIESTER	-		X	X		
155	OXÍMETRO PORTÁTIL DE PULSO	2	FINGERTIP PULSE	MD 300E		X	X	X	
156	OXÍMETRO PORTÁTIL DE PULSO	4	ALFAMED	SENSE 10		X	X	X	
157	OXÍMETRO PORTÁTIL DE PULSO	4	MONTSERRA T	CMS-50DL		X	X	X	
158	PAQUIMETRO TIPO PROBE DE 65 MHZ / RANGE DE 300 A 999 MICRAS	1	APRAMED	P18		X	X		
159	PESCADOR PARA COONTAINEER DE NITROGENIO LIQUIDO (DERMATOLOGIA)	1	Cryo Diffusion	B-2020		X	X		
160	PRESSURIZADOR DE ASPIRAÇÃO PARA BISTURI COM ALÇA LEEP (GINECOLOGIA)	1	WAVETRONIC	5000		X	X	X	X
161	REFRATOR TIPO GREENS	1	ATLANTIS	-		X	X		
162	REFRATOR TIPO GREENS	1	HANGHZOU TONGCHI	-		X	X		
163	REFRIGERADOR EXPOSITOR PARA MEDICAMENTO	1	FRILUX	-		X	X		
164	REFRIGERADOR EXPOSITOR PARA MEDICAMENTOS	1	GELOPAR	GPTU S70		X	X		
165	REGISTRADOR PORTATIL DE PRESSÃO ARTERIAL	1	Cardios	Dyna-MAPA		X	X	X	
166	REPROCESSADORA AUTOMÁTICA DE ENDOSCÓPIOS FLEXÍVEIS	1	Lifemed	-		X	X		
167	RESPIRADOR MECÂNICO PULMONAR	1	VELA	VIASIS		X	X	X	
168	RETINOSCOPIO	1	RIESTER	-		X	X		
169	SELADORA A PEDAL / MANUAL	2	R Baiao			X	X		
170	SELADORA A PEDAL / MANUAL	1	ISAMAC	P400CT	FARMACIA	X	X		
171	SELADORA HOSPITALAR / ELETRICA	1	R Baiao	R Baiao	FARMACIA	X	X		
172	SELADORA HOSPITALAR / SELA PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME DE PROPILENO	2	Cristofoli			X	X		
173	SENSOR PARA RADIOLOGIA DIGITAL / INTRA ORAL	5	FONA	CDR tam2		X	X		
174	SERRA ELÉTRICA PARA GESSO	1	OSCILAN	J02		X	X		
175	SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS / PARA RAO X E MAMOGRAFIA(CRS MULTICASSETE)	1	Cardios	CardioFlash		X	X	X	
176	SISTEMA DE ELETRCARDIOGRAMA / DIGITAL	2	EYETEC	TA LCD SLIM		X	X		
177	TENSIOMETRO	1	Micromed	WINCARDI O		X	X	X	X
178	TENSIOMETRO	1	DUAN			X	X		
179	TERMO - HIGROMETRO DE USO INTERNO	4	PREMIUN	-		X	X	X	
180	TERMO - HIGROMETRO DE USO INTERNO	3	GTECH	BSP1		X	X	X	
181	TONOMETRO / TIPO BASE MOVEL	1	Victor	VC330		X	X	X	
182	TONOMETRO / de aplanção	3	VICTOR	VC330		X	X	X	
183	TONOMETRO COMPUTADORIZADO	1	SHIN-NIPPON	NCT200		X	X		
184	VIDEO DERMATOSCOPIO DIGITAL	2	SOLAB	SL 151/10		X	X		
185	TERMINAL DE VIDEO COMPOSTO POR CONJUNTO ENDOSCÓPIOKARL STORZ, SUPORTE PARA MONITOR DE MESA , RACK PARA VIDEO L APAROSCOPIO, ADAPTADORNDVI FEMEAX VGA GOLD LOUD	1	DINOLITE	Am4013 mzt		X	X		
186	BISTURI ELETRONICO	3	Olympus	GIF-Q		X	X		

187	BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO	1	KARL STORZ	2- TERMINAL DE VIDEO KARL STORZ SCB IMAGE HUB COM CÂMERA (22201020) 3-TECLADO KARL STORZ (2004020PT) 4-KARL STORZ SCB THERMOFL		X	X	X (somente insuflador)	
188	BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO	1	ERBE	VIO300S		X	X	X	X
189	BISTURI ELETRONICO	1	WEM	WEM SS-501S		X	X	X	X
190	LAVADORA INDUSTRIAL/EXTRATORA FRONTAL	1	WEM	WEM SS-301S		X	X	X	X

191	SELADORA - AÇO INOXIDAVEL	2	DELTRONIX	B-6600 SPLUS		X	X	X	X
192	BALANÇA PEDIÁTRICA	1	SERCÓN	LXF		X	X		
193	UNIDADE FOTOTERAPIA	1	SUPAK	SCP480		X	X		
194	RACK PARA VIDEOLAPAROSCOPIA COM SUPORTE MOVEI	1	WELMY	WELMY CLASSE III		X	X	X	
195	ÓTICA (FOTOTERAPIA)	1	FANEM	3006-BTP		X	X		
196	CÂMARA DE VIDEOLAPAROSCOPIA	1	CONFIANCE MEDICAL	CONFIANC E		X	X		
197	FONTE DE LUZ FRIA	2	CONFIANCE MEDICAL	CM-SCAN		X	X		
198	CABO DE FIBRA ÓTICA	1	CONFIANCE MEDICAL	CM-SCAN		X	X		
199	MONITOR LCD MATRIZ ATIVA GRAU MEDICO	1	CONFIANCE MEDICAL	XENOLUX 300		X	X		
200	AUTOCLAVE A VAPOR	2		CONFIANC E MEDICAL		X	X		
201	FONTE DE ILUMINAÇÃO PARA VIDEOLAPAROSCOPIA	1		FS-L1901D		X	X		
202	OXIMÉTRIO DE PULSO DIGITAL	1	BAUMER	HIVAC II		X	X		
203	INCUBADORA HOSPITALAR NEONATAL	1	STIRZ-KARL ATORZ ENDOSCOPE	XENON NOVA		X	X		
204	INCUBADORA HOSPITALAR FANEM	1	EMAI	OX-P-10		X	X	X	
205	DEFIBRILADOR / CARIOVERSOR	1	INFAT ICUBATOR			X	X	X	X
206	CAMA HOSPITALAR ELETRICA	1		HOPKINS		X	X		
207	ESTIMULADOR DE NERVOS	4	LANCO	LANCO		X	X	X	X
208	CARRO PARA ANESTESIA	1				X	X		
209	ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL	1	TAKAOKA BGE NEURO ESTIMULADO R	E2107		X	X		
210	FOCO CIRURGICO TIPO PEDESTAL	3	TAKAOKA	TAKAOKA ERGOSYST EM (MINI- PINOMATIC - ERGO SYSTEM TÁ)		X	X	X	
211	FOCO CIRURGICO TIPO PEDESTAL	2	NS ASPIRA MAX			X	X		
212	BISTURI ELETRONICO	1	SISMATEC	AUXILIAR M1		X	X		
213	APARELHO PARA ANESTESIA	2	BERCHTOLD			X	X		
214	MONITOR	1	SS601MCA	WEM		X	X	X	X
215	FOCO CIRÚRGICO DE TETO	2	FUGI2 MAXIMUS	TAKOAKA		X	X	X	
216	MESA CIRÚRGICA	1	GE	CARESTATI ON 650		X	X	X	X
217	BERÇO - TIPO AQUECIDO FANEM	3	BAUMER	CENTRA		X	X		
218	BERÇO - TIPO AQUECIDO GIGANTE	2	BARRFAB			X	X		X
219	APARELHO DE ULTRASSONOGRAFI - PORTÁTIL	3	BASSINET UNIT MULTISYS TEM	MULTISYS TEM		X	X	X	X
220	BISTURI ELETRÔNICO DIGITAL	1	GIGANTE NEOSOLUTIO N	GIGANTE		X	X	X	X
221	INSUFLADOR ELETRONICO DE CO2	2	TRANSMAI	EMAI BP 460 DIGITAL		X	X	X	X
222	FOCO CIRÚRGICO PORTÁTIL	1	CM40 LFS	CONFIANC E MEDICAL		X	X	X	
223	MONITOR MULTIPARÂMETRO	1	STORZ	STORZ		X	X	X	
224	MONITOR MULTIPARÂMETRO	2	AUXILIAR M1	SISMATEC M1		X	X		
225	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OFTALMOLÓGICO	1	LIFMED	LIFETOUCH 10		X	X	X	X
226	CARDIOVERSOR	1	LIFMED	LIFETOUCH 10		X	X	X	X
227	APARELHO PARA ANESTESIA	1	SM NOVUS IB-Z			X	X		
228	ARCO CIRURGICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGEM	1	CMOS DRAKE LIFE 400 PLUS	LIFE 400 PLUS		X	X	X	X
229	ARCO CIRURGICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGEM	1	GE	ASPIRE VIEW		X	X	X	
230	Tonômetro/tipo ajuste FX, medição 0 a 80mmhg(Perkins)	1	WELMY CLASSE III	R/1109-E		X	X	X	
231	Tomógrafo óptico; tipo scanner, tomógrafo de coerência óptica, com computador e monitor Dell	1	CARESTATIO N 620			X	X	X	
232	Mesa clínica elétrica/tipo U	1	PERKINS			X	X	X	
233	DISPOSITIVO P/MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO BALANÇA C/ RÉGUA	3			AMBULATÓRIO	X	X	X	
234	FOCO, TIPO CLÍNICO, PORTÁTIL	7			AMBULATÓRIO	X	X	X	
235	INSTRUMENTO P/ CORTE E COAGULAÇÃO DE VASO / TECIDO, MODELO ATÉ 7 MM, APLICAÇÃO P/ CIRURGIA	3			C.C	X	X	X	X
236	REFRATOR, TIPO AUTO REFRATOR	1			OFTALMOLOGIA	X	X	X	X
237	OFTALMOSCÓPIO	2			OFTALMOLOGIA	X	X	X	X
238	LENTE USO OFTALMOLÓGICO	1			OFTALMOLOGIA	X	X	X	
239	MONITOR MULTIPARÂMETRO	2			CC	X	X	X	X
240	REFRIGERADOR	1			CC	X	X	X	
241	ELETROCARDIOGRAFO	1			UTI	X	X	X	
242	BISTURI ELÉTRICO, MODELO ASPIRAÇÃO, TIPO PONTA	1			GINECOLOGIA	X	X	X	X
243	APARELHO RAIIO INFRAVERMELHO	2			FISIOTERAPIA	X	X	X	
	REFRIGERADOR DUPLEX	3			LAC				

244						X	X	X	
245	CENTRÍFUGA	1			LAC	X	X	X	
246	VIDEOENDOSCÓPIO	1			ENDOSCOPIA	X	X	X	X
247	DIGITALIZAÇÃO IMAGEM RADIOLOGICA	1			ODONTOCLINICA	X	X	X	
248	APARELHO ULTRASSONOGRRAFIA	1			CC	X	X	X	X
249	AUTOCLAVE	1			ODONTOCLINICA	X	X	X	
250	DETECTOR DIGITAL IMAGEM RADIOGRÁFICA	2			CDI	X	X	X	
251	MONITOR MULTIPARÂMETRO	25			CC	X	X	X	X
252	FOTOPOLIMERIZADOR	3			ODONTOCLINICA	X	X	X	
253	APARELHO DE ANESTESIA	1			CC	X	X	X	X
254	CAMA HOSPITALAR	6			PA	X	X	X	
255	FOCO CIRÚRGICO	2			CC	X	X	X	
256	MONITORES PARAMÉTRICO	2				X	X	X	X
257	BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA	1				X	X	X	X
258	AUTO REFRACTOR	1				X	X	X	
259	MICROSCÓPIO	1				X	X	X	
260	APARELHO RAIO-X	1				X	X	X	
261	APARELHO DICOM	1				X	X	X	X
262	ULTRASSOM PROFILAXIA	2				X	X	X	X
263	BISTURI ELETRÔNICO	1				X	X	X	X
264	ASPIRADOR PORTÁTIL	2				X	X	X	
265	TOMOGRFO PANORÂMICO	1	EAGLE		ODONTOCLINICA	X	X	X	
266	TOMOGRFO	1	REVO FC	REVO FC	OFTALMOLOGIA	X	X	X	
267	ULTRASSOM	1	GE Healthcare		UTI	X	X	X	X
268	OSMOSE	1	Phoenix Iuferco		ODONTOCLINICA	X	X	X	
269	LÂMPADA FENDA1OFTALMOLOGIA	1			OFTALMOLOGIA	X	X	X	
270	EQUIPAMENTOS DE IMAGEM USO MÉDICO, TIPO DETECTOR DIGITAL IMAGEM RADIOGRÁFICA	2			CDI	X	X	X	
271	APARELHO GINÁSTICA, ESTRUTURA MADEIRA ALCOCHOADA COM ESPUMA ALTA DENSIDADE	2			FISIOTERAPIA	X	X		
272	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO SISTEMA DE FLUXO COM 6 NÍVEIS DE RESISTÊNCIA	3			FISIOTERAPIA	X	X	X	
273	LENTE USO OFTALMOLÓGICO	1			OFTALMOLOGIA	X	X		
274	INSTRUMENTAL P/ BISTURI ELÉTRICO, MODELO ASPIRAÇÃO, TIPO PONTA	1			GINECOLOGIA	X	X	X	X
275	REFRIGERADOR	1			CC	X	X		
276	CARRINHO DISTRIBUIÇÃOIENDOSCOPIA	1			ENDOSCOPIA	X	X		
277	ESTEIRA ERGOMÉTRICA	1				X	X		
278	APARELHO ULTRASSONOGRRAFIA	1			CC	X	X	X	X
279	APARELHO DE ANESTESI	1				X	X	X	X
280	DETECTOR DE TELA PLA	1				X	X		
281	MONITORES PARAMÉTRICO	1				X	X	X	X
282	OTOSCOPIOS	3				X	X		
283	ASPIRADORES PORTÁTEIS	2				X	X		
284	LARINGOSCOPIOS ADULTO	6				X	X		
285	BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA	1				X	X	X	X
286	CANETA PORTA ELETRODO	10				X	X		
287	MONITOR DICOM COLORI	1				X	X		

288	REFRIGERADOR	1				X	X		
289	PROFILAXIA ULTRASSOM	2				X	X	X	X
290	BALANÇA DIGITAL ANTR	2				X	X	X	X
291	APARELHO DE BIOIMPEDANCIA	1				X	X	X	X
292	DIGITALIZADOR	1				X	X		
293	RAIO X PORTATIL	1				X	X	X	X
293	PASSANTE DE PACTES/R	1				X	X	X	X
294	CARDIOVERSOR /DESFIBRILADOR	1				X	X	X	X
295	DMC THERAPY XT	1				X	X	X	X
296	SELADORA	1				X	X		
297	BIO CÂMARA	1				X	X		
298	JATO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO	1				X	X		
299	SELADORA	2				X	X		
300	SMART TV 32"	2				X	X		
301	SMART TV 40"	1				X	X		
302	CAMA MOTORIZADA	2				X	X		
303	APARELHO DE TOMOGRAFO	1				X	X	X	X
304	ULTRASSOM	1				X	X	X	
305	DIGITALIZADOR CR 30-XM / XXX	1			CDI	X	X	X	
306	APARELHO COMPLETO DE ULTRASSONOGRAFIA TIPO 1	1			CDI	X	X	X	
307	TOMOGRAFO, ACESSÓRIOS COM MESA PACIENTE E ESTATIVA	1			CDI	X	X	X	X
308	APARELHO DE MAMOGRAFIA	1		SIEMENS	CDI	X	X	X	X
309	APARELHO DE RAIO X PORTATIL	2		SHIMADZU	CDI	X	X	X	
310	APARELHO DE RAIOS X	1		PHILIPS	CDI	X	X	X	
311	APARELHO DE RAIO X	1		CDK	CDI	X	X	X	
312	DETECTOR DIGITAL, IMAGEM RADIOGRAFICA	2			CDI	X	X		

Documento assinado digitalmente



TIAGO SANTOS SILVA
 Data: 06/06/2024 14:00:59-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIAGO SANTOS SILVA – 2º TEN
 Engenheiro Clínico

ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR

INDICADORES DE DESEMPENHO PARA MENSURAÇÃO DE RESULTADO IMR

1. Abaixo seguem os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados no IMR do objeto deste Termo de Referência:

INDICADOR 01 - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO (TMA)	
FINALIDADE	Garantir a celeridade no Atendimento Técnico, pela Equipe Interna, dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição.
META A CUMPRIR	2 horas
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$TMA = (\sum TA) / N$ Onde: TMA = Tempo Médio de Atendimento, em horas. TA = Tempo de Atendimento, é o período em horas transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico relativo a este chamado. $\sum TA$ = Somatório dos Tempos de Atendimento das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
INICIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NOPAGAMENTO	TMA \leq 2 horas – 100% do Valor do Serviço TMA $>$ 2 horas – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	TMA $>$ 3 horas – aplicar Advertência TMA $>$ 4 horas – aplicar Advertência e Multa

INDICADOR 02 - TEMPO MÉDIO DE REPARO DE EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE ALTA (TMRECA)	
FINALIDADE	Garantir a celeridade na Execução, pela Equipe Interna, dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição dos EMH qualificados com nível de criticidade ALTA.
META A CUMPRIR	72h e/ou 3(três) dias corridos
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	DE Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA ACOMPANHAMENTO	DE Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	DE $TMR = (\sum TR) / N$ Onde: TMR = Tempo Médio de Reparo, em dias. TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado. $\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
	N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
INICIO DE VIGENCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE	TMR ≤ 3 dias – 100% do Valor do Serviço TMR > 3 dias – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	TMR > 10 dias – aplicar Advertência TMR > 30 dias – aplicar Advertência e Multa
Considerações: Quando houver aquisições de peças e Serviços externos. Quando houver demandas por consultas técnicas. Quando ocorrer falta de recursos imediatos.	

INDICADOR 03 - TEMPO MÉDIO DE REPARO EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE MÉDIA E BAIXA (TMRCMB)	
FINALIDADE	Garantir a celeridade na Execução, pela Equipe Interna, dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição dos EMH qualificados com nível de criticidade MÉDIA E BAIXA.
META A CUMPRIR	3 dias
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA ACOMPANHAMENTO	DE Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal

MECANISMO DE CÁLCULO	$TMR = (\sum TR) / N$ <p>Onde: TMR = Tempo Médio de Reparo, em dias. TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado. $\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.</p>
INICIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NOPAGAMENTO	TMR ≤ 3 dias – 100% do Valor do Serviço TMR > 3 dias – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	TMR > 6 dias – aplicar Advertência TMR > 15 dias – aplicar Advertência e Multa
Considerações: Quando houver aquisições de peças e Serviços externos. Quando houver demandas por consultas técnicas. Quando ocorrer falta de recursos imediatos.	
INDICADOR 04 - PERFORMANCE DE MANUTENÇÃO PROGRAMADA (PMP)	
FINALIDADE	Garantir a execução, conforme programado, do Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação na Instituição.
META A CUMPRIR	90%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$PMP = (ME / MP) \times 100$ <p>Onde: PMP = Performance de Manutenção Programada, em %. ME = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Programada. MP = Quantidade de Ordens de Serviço Internas</p>
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NOPAGAMENTO	PMP ≥ 90% – 100% do Valor do Serviço PMP < 90% – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	PMP < 85% – aplicar Advertência PMP < 80% – aplicar Advertência e Multa

OBSERVAÇÕES	Para o cálculo deste indicador devem ser excluídas do denominador “MP” as Ordens de Serviço Internas Planejadas Não Executadas devido a indisponibilidade de Equipamento Médico-Hospitalar ou a não localização deste.
-------------	--

INDICADOR 05 - PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE INTERNA (PRI)

FINALIDADE	Garantir a execução, pela Equipe Interna, da grande maioria dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição.
META A CUMPRIR	80%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$PRI = (MCI / MCT) \times 100$ Onde: PRI = Percentual de Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. MCT = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
INICIO DE VIGENCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NOPAGAMENTO	$PRI \geq 80\%$ – 100% do Valor do Serviço $PRI < 80\%$ – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	$PRI < 75\%$ – aplicar Advertência $PRI < 70\%$ – aplicar Advertência e Multa

INDICADOR 06 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE ALTA (PDOECA)

FINALIDADE	Garantir a disponibilidade operacional dos EMH qualificados com nível de criticidade ALTA.
META A CUMPRIR	90%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$PDOE = (1 - ((\sum TR) / (N \times TD))) \times 100$ Onde:

	<p>PDOE = Percentual de Disponibilidade Operacional de Equipamentos, em %.</p> <p>TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado.</p> <p>$\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço.</p> <p>N = Quantidade de EMH da instituição. TD = Quantidade de Dias.</p>
INICIO DE VIGENCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>PDOE \geq 90% – 100% do Valor do Serviço</p> <p>PDOE < 90% – 4% a menos do Valor do Serviço</p>
SANÇÕES	<p>PDOE < 85% – aplicar Advertência</p> <p>PDOE < 80% – aplicar Advertência e Multa</p>
OBSERVAÇÕES	Para o cálculo deste indicador devem ser consideradas no denominador “N” apenas os EMH qualificados com nível de criticidade ALTA.

INDICADOR 07 - PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE MÉDIA E BAIXA (PDOE CMB)	
FINALIDADE	Garantir a disponibilidade operacional dos EMH qualificados com nível de criticidade MÉDIA E BAIXA.
META A CUMPRIR	80%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	<p>$PDOE = (1 - ((\sum TR) / (N \times TD))) \times 100$</p> <p>Onde:</p> <p>PDOE = Percentual de Disponibilidade Operacional de Equipamentos, em %.</p> <p>TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado.</p> <p>$\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço.</p> <p>N = Quantidade de EMH da instituição. TD = Quantidade de Dias.</p>
INICIO DE VIGENCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	<p>PDOE \geq 80% – 100% do Valor do Serviço</p> <p>PDOE < 80% – 4% a menos do Valor do</p>

	Serviço
SANÇÕES	PDOE < 75% – aplicar Advertência PDOE < 70% – aplicar Advertência e Multa
OBSERVAÇÕES	Para o cálculo deste indicador devem ser consideradas no denominador “N” apenas os EMH qualificados com nível de criticidade ALTA.
INDICADOR 08 - PERCENTUAL DE MANUTENÇÃO EXECUTADA (PME)	
FINALIDADE	Garantir a execução da grande maioria dos Chamados Técnicos demandados pela instituição.
META A CUMPRIR	90%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$PME = (ME / N) \times 100$ Onde: PME = Percentual de Manutenção Executada, em %. ME = Quantidade de Ordens de Serviço Executadas. N = Quantidade de Ordens de Serviço.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	PME ≥ 90% – 100% do Valor do Serviço PME < 90% – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	PME < 85% – aplicar Advertência PME < 80% – aplicar Advertência e Multa

INDICADOR 09- PERCENTUAL DE RECHAMADO DE MANUTENÇÃO (PRM)	
FINALIDADE	Garantir a qualidade do serviço executado no Parque de EMH da Instituição.
META A CUMPRIR	10%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$PRM = (MR / ME) \times 100$ Onde: PRM = Percentual de Rechamado de Manutenção, em %. MR = Quantidade de Ordens de Serviço Internas de Manutenção Corretiva originadas de Rechamado Técnico* ME = Quantidade de Ordens de Serviço Internas de Manutenção Corretiva.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do

			contrato.
FAIXAS DE PAGAMENT O	AJUSTE	NO	PRM ≤ 10% – 100% do Valor do Serviço PRM > 10% – 4% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES			PRM > 15% – aplicar Advertência PRM > 20% – aplicar Advertência e Multa
OBSERVAÇÕES			*Será considerada Ordem de Serviço Interna de Manutenção Corretiva originada de Rechamado Técnico aquela que for precedida por outra Ordem de Serviço Interna de Manutenção Corretiva de mesma falha, no mesmo EMH, em período inferior a 30 dias.

Estudo Técnico Preliminar 97/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64585.005457/2023-64

2. Descrição da necessidade

Serviço de Engenharia Clínica. A execução do serviço descrito neste instrumento atenderá às necessidades de manutenção (prestação de assistência técnica continuada, sem mão de obra exclusiva) preventiva, corretiva e calibração dos equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, visando manter a plena condição de uso destes, imprescindíveis ao atendimento diário. Foram utilizados modelos e parâmetros que já estão sendo operacionalizados em diversos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, sendo este atual processo elaborado para possibilitar o pleno funcionamento desta OMS, ao mesmo tempo em que possui o intuito de proporcionar uma maior economia, dentro dos preceitos legais e buscar uma administração transparente dos gastos do Hospital Geral de Salvador, aumentando o tempo de vida útil dos equipamentos, a partir do momento em que eles serão vistoriados e mantidos suas manutenções frequentemente. O serviço a ser executado tem a finalidade de preservação da vida útil, reparos e substituição de peças danificadas pelo constante uso dos equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais em face de inexistir recurso humano, tecnicamente habilitado, no quadro atual do Hospital Geral de Salvador, com habilidades para a execução das atividades de manutenção desses equipamentos. Manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetiva, ainda, conservar o bem público, evitando-se, desta forma, transtornos para a Administração no desempenho cotidiano de suas atividades, pois possíveis paneiras de funcionamento dos equipamentos podem acarretar na paralisação dos atendimentos prestados. Cabe ressaltar que o Hospital Geral de Salvador conta, atualmente, com os seguintes setores onde constam equipamentos: Centro Cirúrgico, Unidade de Emergência, Ambulatórios Médicos, Radiologia, Fisioterapia, Ginecologia, Oftalmologia, Fonoaudiologia, além dos equipamentos presentes nas Ambulâncias. Sendo assim, ratifica-se a extrema necessidade de um serviço periódico e de qualidade na área de manutenção, a fim de que todos os setores acima mencionados funcionem com o máximo de excelência, na busca do melhor atendimento aos usuários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ALMOXARIFADO	LUIS RODRIGO ROSENDO VIEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 A licitante deverá possuir certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA com ART para implantação de programa de Engenharia Clínica e planos de manutenção, comprovando atividade relacionada com o objeto, conforme item I, art. 67 da Lei 14.133/2021 e conforme resolução do CREA/CONFEA 218/1973, em plena validade.

4.1.2 Possuir registro e qualificação técnica e que estas estejam em conformidade com a legislação vigente. Portanto, a empresa deve ter registros em órgãos competentes como CREA-BA, que fazem a fiscalização dos seus serviços.

4.1.3 Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

4.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.1.5 Apresentar comprovação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como, da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos executados.

4.1.6 Deverá(ão) constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) expedido(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços/ local de execução/ nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s); especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados (somente para comprovação operacional da participante).

4.1.7 Somente serão aceitos atestados expedidos após conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 3 anos do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

4.1.8 A CAT constituirá prova de capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

4.1.9 A empresa não será obrigada a transferir conhecimento e tecnologias empregadas para a contratante.

4.1.10 As soluções (manutenções preventivas e corretivas) usuais de mercado deverão ser aplicadas com a necessidade especificada de cada equipamento recomendada pelo fabricante.

4.1.11 O serviço a ser contratado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, sem mão de obra exclusiva, podendo ser prorrogável para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/2021.

4.1.12 A empresa contratada deverá dimensionar sua equipe visando atender às especificações técnicas acima descritas, da melhor maneira possível para a perfeita execução contratual.

4.1.13 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.1.14 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foi utilizado o parâmetro do inciso IV do Art 5º da IN 65/2021, uma vez que para que pudesse ser obtido um preço de referência condizente com a realidade, se fez necessário fazer um levantamento dos equipamentos médicos-hospitalares, laboratoriais e das demais clínicas do Hospital Geral de Salvador, apresentando as características e demandas específicas dos referidos equipamentos. Com isso, apesar do §1º do Art 5º da IN 65/2021 preconizar que deva ser priorizado os incisos I e II desta Instrução Normativa, para que o objeto desta contratação fosse viável, foi necessário utilizar como parâmetro o inciso IV do Art 5º da IN 65/2021, na

medida que a pesquisa direta com fornecedores permitiria um orçamento adequado à realidade do Hospital Geral de Salvador, atendendo as demandas específicas deste nosocômio, fato que não seria possível em casa de utilização de algum outro parâmetro.

5.2 Em que pese o inciso IV do Art 5º da IN 65/2021 preconizar pesquisa direta com fornecedor com no mínimo 3 (três) orçamentos, apenas 2 (duas) empresas apresentaram propostas/orçamentos que atendessem os requisitos para contratação do objeto deste processo, ainda que tivesse sido feito contato com diversas outras empresas do ramo, tanto empresas locais, quanto empresas nacionais, sem resposta por parte das mesmas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Com a contratação do serviço de Engenharia Clínica, este Hospital Geral de Salvador), terá as manutenções preventivas, que são previstas periodicamente pelo manual do fabricante, garantidas. Desse modo, os riscos de eventuais problemas nos equipamentos serão reduzidos, e ainda quando houverem, serão rapidamente solucionados com o acionamento da manutenção corretiva, garantindo assim a continuidade dos atendimentos clínicos, ambulatoriais, laboratoriais e dos equipamentos constantes na Unidade de Pronto Atendimento do Hospital Geral de Salvador , com a garantia de pleno funcionamento de todos os equipamentos médicos-hospitalares, laboratoriais e de apoio médico.

6.2 O SERVIÇO DE ENGENHARIA CLÍNICA FUNCIONARÁ SEGUINDO A SEGUINTE DINÂMICA:

6.2.1 Inicialmente será implantado o serviço de inventário e cadastramento de todos os equipamentos pertencentes ao HGeS, em um prazo máximo de 60 (SESSENTA) dias. Para todo o parque tecnológico do HGeS, será gerado um código de cadastramento com o respectivo código de cadastramento e QR Code;

6.2.2 Após a realização do inventário do parque tecnológico, os dados coletados deverão ser armazenados em um software de gestão , fornecido e de posse da CONTRATADA, que passará a gerenciar e supervisionar todas as intervenções a serem realizadas, relacionando o vínculo dos setores e Equipamentos com seus centros de custo.

6.2.3 Em seguida, serão desenvolvidos os Procedimentos Operacionais Padrões (POP`s): a empresa CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo controle de toda documentação relacionada à gestão do parque dos equipamentos. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo desenvolvimento e pela implantação dos seguintes Procedimentos Operacionais Padrões: Cadastramento e Inventário; Manutenção Preventiva; Manutenção Corretiva; Abertura de Ordens de Serviço.

6.2.4 Dando seguimento a dinâmica de implantação e funcionamento do serviço de Engenharia Clínica, segue o discriminado abaixo:

6.3 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Entende-se por manutenção preventiva (MP), todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter o equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento. Além disso, a manutenção preventiva tem por finalidade prevenir a ocorrência de defeitos e/ou alterações nos equipamentos. A manutenção preventiva é obrigatória e deverá ser realizada com a periodicidade necessária para cada tipo de equipamento, conforme a recomendação do fabricante.

6.4 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: Entende-se por manutenção corretiva (MC), a série de procedimentos destinados a restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos que porventura apresentem problemas. Os reparos necessários deverão ser realizados por profissionais de comprovada capacidade técnica e respeitando às atribuições concedidas a estes pelo sistema CONFEA/CREA, além de serem qualificados tecnicamente para os devidos procedimentos referidos no objeto do contrato. Entende-se também por manutenção corretiva, todos os procedimentos destinados a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento, compreendendo inclusive substituições das peças, se necessário, de acordo com os manuais técnicos do fabricante e normas estabelecidas. Essa prestação de serviço se dará sem limitação de chamados ou horas, nos dias e horários de funcionamento normal da CONTRATANTE.

6.4.1 As prioridades de reparo dos equipamentos serão estabelecidas, pela administração da CONTRATANTE, da seguinte forma:

6.4.1.1 PRIORIDADE 1: São equipamentos caracterizados como extremamente essenciais para o serviço de saúde, sendo que sua reparação deverá ser estabelecida em até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de verificação inicial.

6.4.1.2 PRIORIDADE 2: São equipamentos caracterizados como moderadamente essenciais, devendo seu conserto ser efetivado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de verificação inicial.

6.4.1.3 PRIORIDADE 3: São equipamentos caracterizados com necessidades de manutenções corretivas mais tolerável, sendo que sua reparação deverá ser estabelecida em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de verificação inicial;

6.4.2 Nos casos em que, a reparação depender de importação de peças ou de outras dificuldades na aquisição das peças, o Fiscal do Contrato, poderá autorizar a flexibilização do referido prazo, desde que devidamente comprovado o referido contratempo.

6.4.3 As substituições das peças, materiais e acessórios ocorrerão, a qualquer tempo, nas manutenções corretivas e, periodicamente, nas manutenções preventivas ou ainda, por desgaste natural e por recomendação do fabricante do equipamento. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela reposição de peças, materiais e acessórios no limite de 25% do valor da manutenção preventiva relativa ao item "1". A CONTRATADA deverá apresentar pesquisa de orçamentos da(s) peça(s), de, no mínimo, 3 (três) fornecedores. O Fiscal do Contrato verificará se o menor valor orçado pela contratada se encontra dentro daquele praticado pelo mercado para assim, proceder a aprovação juntamente com um parecer do Fiscal de Contrato do HGeS. Caso o fornecimento de peças ou serviços seja de exclusividade de determinado fabricante, o fiscal de contrato poderá aprovar a apresentação de um único orçamento desde que comprovada a exclusividade. Nos meses em que não ocorrer aquisições de peças, não será empenhado valores relativos ao item "2" do contrato para o respectivo período.

6.4.4 A CONTRATADA deverá diagnosticar problemas de mau funcionamento dos equipamentos, fornecendo à Contratante, informações sobre o planejamento e execução das medidas preventivas e/ou corretivas dos problemas estruturais existentes.

6.5 SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO: As calibrações serão efetuadas sempre que se fizerem necessárias e/ou de acordo com as orientações do fabricante de cada equipamento e ainda quando os equipamentos demandarem manutenções corretivas. Para os equipamentos cuja periodicidade de calibração não esteja definida pelo fabricante, fica estabelecida a Periodicidade Anual para as calibrações.

6.5.1 Os serviços de calibração consistem na verificação de parâmetros dos equipamentos contra padrões existentes na empresa. Estes padrões possuem rastreabilidade da Rede Brasileira de Calibração (RBC) e os respectivos certificados de calibração dos instrumentos utilizados são anexados ao certificado emitido pela contratada. A contratada deverá emitir e controlar os certificados de calibração dos equipamentos.

6.5.2 Aparelhos que não tenham parâmetros calibráveis diretamente contra padrões específicos com grandezas determinadas, deverão ser revisados e deverá ser apresentado o *check-list* dessa revisão.

6.6 SERVIÇO DE QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DE AUTOCLAVES: As qualificações térmicas deverão ser realizadas em todas as autoclaves, contidas na lista dos equipamentos constantes no Anexo I, anualmente, e tem como propósito a garantia do processo de esterilização eficaz para as cargas de produtos a serem esterilizados aplicados aos equipamentos, contendo a qualificação da instalação, da operação e do desempenho do equipamento.

6.7 SERVIÇO DE SEGURANÇA ELÉTRICA: O ensaio de segurança elétrica dos equipamentos médicos-hospitalares e odontológico é um suporte da engenharia clínica. Este serviço requer um tratamento de qualidade e atenção para continuar seguindo as boas práticas preconizadas pelas normas nacionais e

internacionais como as RDC e IEC respectivamente. O ensaio de segurança elétrica destes equipamentos médicos-hospitalares e odontológico não trata somente de metrologia dos produtos, mas também parte de princípios de gestão, de ativos, para enfim, garantir bons resultados tanto dos equipamentos médicos-hospitalares, laboratoriais e de apoio, quanto do atendimento de seu estabelecimento de saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades estimadas a serem contratadas estão estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência. A previsão do consumo dos serviços foi baseada no levantamento do Parque Tecnológico do Hospital Geral de S no ano de 2023.

7.2 Para o cálculo da estimativa do custo médio mensal foi realizado o estudo que segue descrito abaixo:

7.2.1 Será cobrado um valor mensal referente aos recursos humanos e tecnológicos para garantir a realização das manutenções preventivas e calibrações. Para atender a este fim, será mantido um técnico e será realizada uma visita mensal do Engenheiro Clínico e o Técnico em Manutenção Biomédica/Técnico em Eletrotécnica.

7.2.2 Os recursos aplicados foram divididos em recursos humanos e recursos tecnológicos.

7.2.3 RECURSOS HUMANOS:

01 (um) Engenheiro Clínico/ Mecânico para realizar o acompanhamento e validação dos serviços.

01 (um) Técnico – Formação em manutenção de equipamentos biomédicos para realização das manutenções e calibrações.

7.2.4 RECURSOS TECNOLÓGICOS:

- Software de Gestão da Engenharia Clínica - Sistema web, com emissão de relatórios e indicadores de planejamento e controle.
- Mala de ferramentas completas - Material de uso permanente. Multímetros - Material de uso permanente.
- Osciloscópio - Para as manutenções programadas. Analisador de bisturi - Para as manutenções programadas.
- Tacômetro - Para as manutenções programadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 388.992,00

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 388.992,00 (trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa e dois), conforme custos unitários apostos no Relatório de Pesquisa de Preço.

8.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O processo está agrupado em dois itens. A justificativa para o grupamento destes itens se deu por ter sido considerado mais viável tecnicamente e financeiramente para a empresa realizar as visitas agendadas, as manutenções periódicas, bem como a substituição das peças, uma vez que sendo assim, será a mesma empresa

que avaliará e executará a substituição das peças. Também foi considerado o deslocamento da empresa até o Hospital Geral de Salvador como um ponto importante, além de considerar que existirá uma resposta de modo mais eficiente e rápido, diante das demandas que surgirão, tendo em vista que as tratativas administrativas seriam ajustadas com uma única empresa, com mais agilidade na comunicação e com consequente solução da demanda.

9.2 O agrupamento dos itens não representa perda de economia de escala

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não existem contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.(inciso VIII, art. 7º, IN 40/2020).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Está estabelecido nas DFDs 136/2023 e 138/2023 constante no Plano de Contratação Anual do Hospital Geral de Salvador, a previsão da contratação de serviço continuado, sem mão de obra exclusiva, para implantação de serviço que realize a manutenção preventiva e corretiva, bem como as calibrações e substituições de peças, quando necessário, nos equipamentos que integram o Parque Tecnológico do HGeS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição do Serviços de Engenharia Clínica trará um ganho econômico considerável para a Instituição, uma vez que com a constância das manutenções programadas, diminuirá a necessidade de realização das manutenções corretivas frequentes, que mostram-se mais dispendiosas para Organização e, conseqüentemente, aumentará a vida útil dos equipamentos que compõem o Parque Tecnológico do Hospital Geral de Salvador. Importante considerar ainda que, os aparelhos funcionando adequadamente, garantidos pela implantação e execução do serviço de Engenharia Clínica, reduzirá substancialmente os impactos ambientais, na medida em que observa-se o uso sustentável da energia elétrica, a redução na produção de sucatas, resultante da necessidade de substituição de algumas peças e/ou do próprio aparelho. Deste modo, a implantação deste serviço mostra-se efetivamente sustentável, eficiente e eficaz, com melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se aplica, tendo em vista que a contratação visa à aquisição de serviços, de modo que não haverá transferência de conhecimento, tecnologias ou das técnicas empregadas. Entretanto, será tomada providência para implantação de um programa de gestão de fiscalização, gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º. Esta providência já costuma ser adotada por esta Organização Militar de Saúde em contratações semelhantes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no site: comprasgovernamentais.gov.br, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

Considerando que nas manutenções estão previstas as substituições das peças, quando necessárias, estas deverão ser descartadas em locais próprios e ainda serem substituídas preferencialmente por peças que gerem economia de recursos, tais como: energia e água. Estas medidas consistem em garantir a redução de possíveis impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição do serviço de manutenção preventiva e corretiva mostra-se fundamentadamente necessária, conforme se pode depreender da justificativa constante no ETP. Diante dos detalhamentos supracitados neste estudo preliminar, o serviço pretendido é necessário para o Hospital Geral de Salvador.

Conforme fundamentação acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, contratação por preço global, esta equipe de planejamento, considera que a aquisição é viável, além de ser necessárias para o atendimento das necessidades e interesses do serviço assistencial restado aos usuários do Hospital Geral de Salvador.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS VINICIUS ANJOS DA SILVA

Chefe da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 26/06/2023 às 09:29:53.

EDUARDO SIMÕES FERNANDES

Membro da Equipe de Planejamento

NELSON DOS SANTOS LUZ

Membro da Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Lei 14.133/2021

EMERSON DA SILVA MORAES

Ordenador de Despesas do HGeS

Contrato 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	160039-HOSPITAL GERAL DE SALVADOR	DEMETRIUS SANTANA MOREIRA	12/06/2024 10:29 (v 1.1)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64585.005457 /2023-64

1. Cláusula primeira - do objeto

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL GERAL DE SALVADOR

(Processo Administrativo nº 64585.005457/2023-64)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
 SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

A União por intermédio do Hospital Geral de Salvador, com sede na rua Castro Neves, 72, Matatu, na cidade de Salvador, BA inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n 19/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns continuados sem mão de obra exclusiva, de engenharia clínica para o Hospital Geral de Salvador para manutenções preventivas, corretivas e calibrações dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais, e demais clínicas do HGes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Engenharia Clínicas dos equipamentos médico- hospitalares, laboratoriais e e demais clínicas operacionais do HGes. Conforme detalhamento descrito no item 8, do item 1, do Termo de Referência.	20869	Serviço/Mês	12		
2	Serviço de reposição de peças, materiais, acessórios, mão de obra de instalação até o limite de 25% do valor total do item 1	20869	Serviço/Mês	12		

1.

2.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.

O Termo de Referência;

4.

O Edital da Licitação;

5.

A Proposta do contratado;

6.

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.

O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.

Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.

Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.

Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.5.

Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

6.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

2.

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

3.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função

7.

na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.

Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas.

9.

O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

10.

O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

11.

O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12.

Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.

O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....)

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

2.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A2], os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s).

5.

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.

O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.

São obrigações do Contratante:

2.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

3.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

2.

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

3.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

15.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

17.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

19.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

20.

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

21.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

22.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

23.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

24.

Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local, na Rua Castro Neves, 72, Matatu, Salvador, BA, Hospital Geral de Salvador.

25.

O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em um prazo máximo de 06 (seis) horas, contados a partir do chamado, conforme consta do item 6.3, do item de manutenção corretiva, do Termo de Referência.

26.

Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

27.

Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

28.

Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

1.

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

2.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

3.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.

Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 10% (dez por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

2.

TOTAL Valor total

3.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

6.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos em que a legislação que rege a matéria.

12.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

20.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

22.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

24.

A garantia de execução é independente de eventual garantia serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1.1.

der causa à inexecução parcial do contrato;

1.2.

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.3.

der causa à inexecução total do contrato;

1.4.

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

1.5.

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

1.6.

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.7.

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.8.

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

2.1.

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

2.2.

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

2.3.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

2.4.

Multa:

2.4.1.

Moratória de 0,02 % (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;

2.4.2.

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.4.3.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

2.4.4.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

2.4.5.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

2.4.6.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

2.4.7.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

3.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.1.

a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.

as peculiaridades do caso concreto;

9.3.

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.

os danos que dela provierem para o Contratante;

9.5.

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

2.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

4.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

5.3.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.1.

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.2.

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.3.

Indenizações e multas.

7.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.1.

Gestão/Unidade:

1.2.

Fonte de Recursos:

1.3.

Programa de Trabalho:

1.4.

Elemento de Despesa:

1.5.

Plano Interno:

1.6.

Nota de Empenho:

2.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. Cláusula décima sexta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

1.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

4.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula décima sétima - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

1.

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. Cláusula décima oitava - foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Salvador, BA, Seção Judiciária de Salvador, BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salvador, BA, XXX, XXXXXXXX, XXXXXX

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMERSON DA SILVA MORAES

Autoridade competente

LOGOTIPO DA EMPRESA

RAZAO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
TELEFONE:	
EMAIL:	

PROPOSTA DE PREÇOS, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 19 2023
OBJETO: SERVIÇO DE ENGENHARIA CLÍNICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	Valor Mensal	Valor Anual
1	Serviço de Engenharia Clínicas dos equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e e demais clínicas operacionais do HGeS. Conforme detalhamento descrito no item 8, do item 1, do Termo de Referência	Serviço/Mês	12		
2	Serviço de reposição de peças, materiais, acessórios, mão de obra de instalação até o limite de 25% do valor total do item 1 do objeto licitado	Serviço/Mês	12		

Data:

Assinatura do Representante/Responsável/Gerente



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

MODELO DE DISPENSA DA VISTORIA

Atesto que a empresa, _____ CNPJ, sediada na Rua _____
_____, na cidade de _____ - _____, por
intermédio de seu Responsável, Sr. _____,
portador do documento de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão
19/2023 e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das
condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de
cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do
Contrato advindo do certame licitatório.

Salvador, BA,

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

MODELO DE VISTORIA

Atesto que a empresa, _____ CNPJ, sediada na Rua _____
_____, na cidade de _____ - _____, por
intermédio de seu Responsável, Sr. _____,
portador do documento de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
vistoriou o local e os equipamentos, onde serão realizados os serviços correspondente ao Pregão
Eletrônico 19/2023 e possui pleno conhecimento do teor de todo processo.

Salvador, BA,

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO HGES

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA